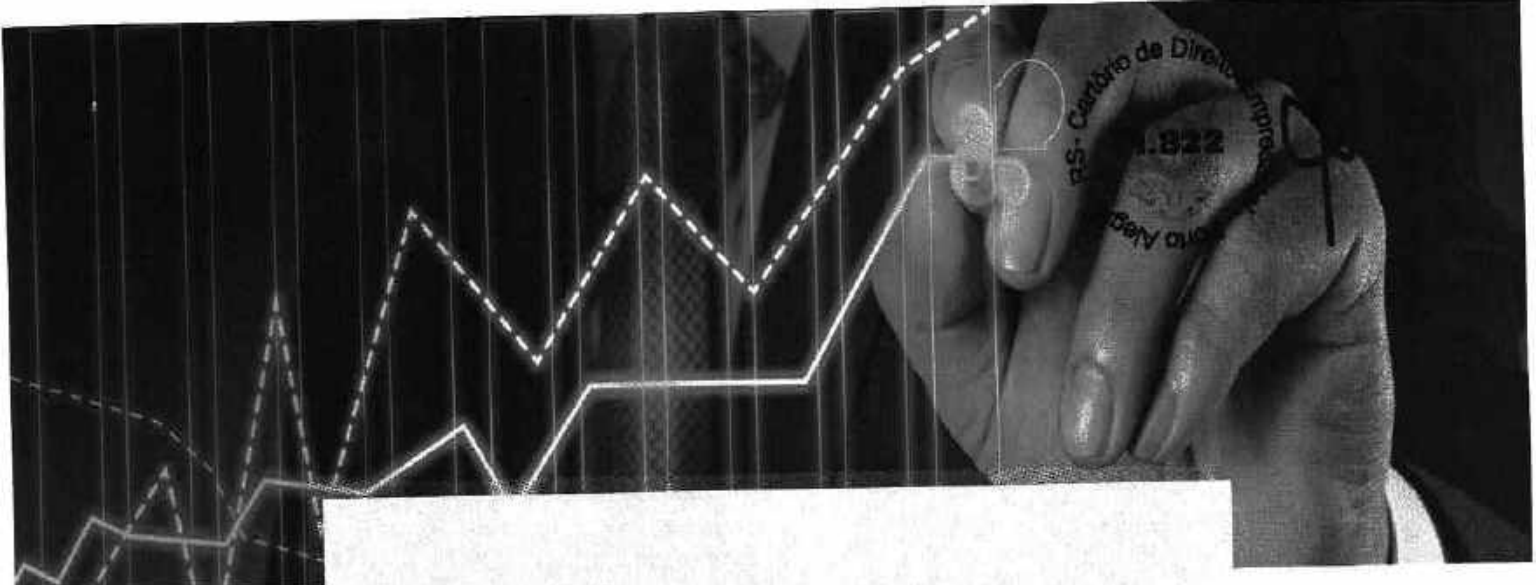


ANEXO I
DEMONSTRAÇÃO DE SUA VIABILIDADE
ECONÔMICA (ART. 53 – ITEM II, LEI 11.101/05)





LAUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO - FINANCEIRO

BRONDANI AUTO PEÇAS LTDA - EPP

Porto Alegre/RS, 31 de outubro de
2016

 **Mirar**
Gestão Empresarial

Sumário

1. Método.....	3
1.1 Demonstrativo de Resultado do Exercício.....	3
1.1.1. Receitas.....	5
1.1.2. Custos e Despesas Variáveis	7
1.1.3. Custos e Despesas Fixas.....	7
1.1.4. Resultado Operacional	8
1.1.5. Despesas e Receitas Financeiras	8
1.1.6. Imposto de Renda e Contribuição Social.....	9
1.1.7. Resultado Líquido.....	10
1.2 Demonstrativo de Fluxo de Caixa.....	10
1.2.1 Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais.....	13
1.2.2 Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos	14
1.2.3 Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos.....	14
1.3 Balanço Patrimonial.....	15
1.3.1 Ativo	16
1.3.2 Passivo	18
1.3.3 Patrimônio Líquido.....	19
1.4 Necessidade de Capital de Giro	20
1.5 Investimentos em CAPEX	21
2. Elaboração.....	23
3. Cenário Económico.....	24
4. Panorama da Empresa	28
5. Composição do Passivo	31
6. Composição e Proposta de Amortização do Passivo Sujeito	32
6.1 Amortização de Créditos Trabalhistas	33
6.2 Amortização de Créditos com Garantia Real.....	34
6.3 Amortização de Créditos Quirografários.....	34
6.4 Amortização Créditos ME/EPP	36
6.5 Considerações Comuns ao Passivo Sujeito a Recuperação Judicial.....	36
7. Premissas Estabelecidas	37



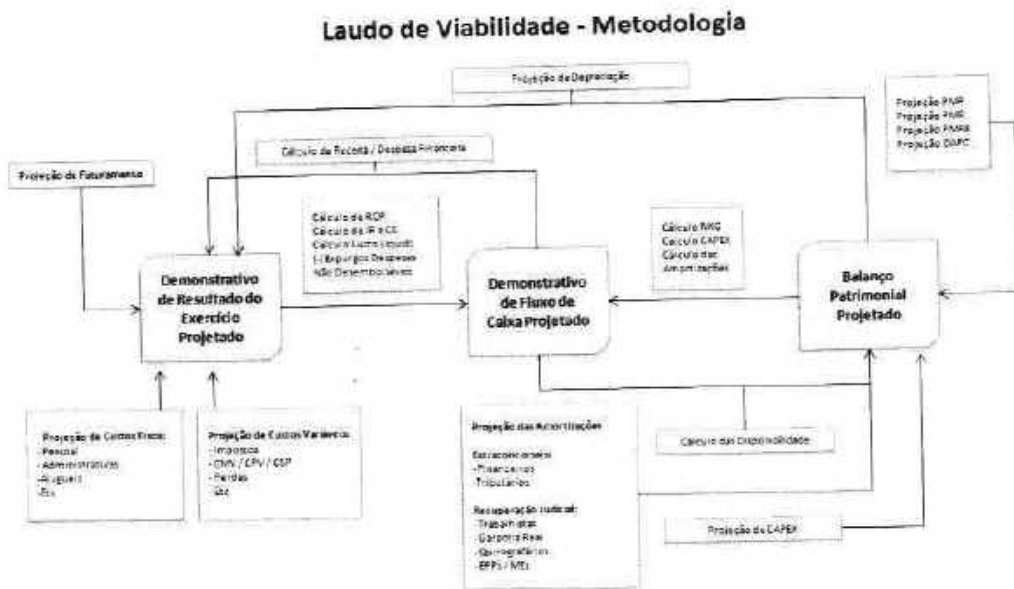
7.1	Período de Elaboração.....	37
7.2	Projeção de Faturamento.....	37
7.3	Custos e Despesas Variáveis.....	37
7.4	Custos e Despesas Fixas.....	38
7.5	Necessidade de Capital de Giro.....	38
7.6	Investimentos em CAPEX.....	39
8.	Projeções Orçamentárias.....	39
8.1	Demonstrativo de Resultado do Exercício.....	39
8.2	Demonstrativo de Fluxo de Caixa Projetado.....	40
8.3	Balanço Patrimonial Projetado.....	41
9.	Teste de Razoabilidade do Plano.....	43
10.	Da Viabilidade Econômica.....	44
11.	Referências Bibliográficas.....	46



1. Método

O presente trabalho foi desenvolvido a partir das projeções econômicas e financeiras, num horizonte temporal de 12 (doze) anos. Tais projeções são refletidas nos seguintes relatórios: (i) Demonstrativo de Resultado do Exercício Projetado; (ii) Demonstrativo de Fluxo de Caixa Projetado; (iii) Balanço Patrimonial Projetado.

O fluxograma a seguir demonstra as etapas de sua elaboração, bem como as correlações existentes entre cada um dos demonstrativos, que serão adiante pormenorizadas.



1.1 Demonstrativo de Resultado do Exercício

Esse demonstrativo tem como finalidade apurar o Lucro ou Prejuízo do exercício. É composto por receitas, despesas, ganhos e perdas do exercício, apurados pelo regime de

competência. (Regime de Competência – Significa apropriação efetivamente “ganhas”, “merecidas” e “auferidas”, mas não necessariamente em dinheiro. Assim, as vendas produzem receitas quando são entregues as mercadorias e os serviços que se referem. Significa também que as despesas relativas à obtenção dessas receitas são apropriadas juntamente com essas receitas).

De acordo com o artigo 187 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), que instituiu a Demonstração do Resultado do Exercício, as empresas deverão na Demonstração do Resultado do Exercício discriminar:

- a receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos;
- a receita líquida das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto;
- as despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais;
- o lucro ou prejuízo operacional, as outras receitas e as outras despesas;
- o resultado do exercício antes do Imposto sobre a Renda e a provisão para o imposto;
- as participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa;
- o lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social.

Seu principal objetivo é detalhar cada passo que compõe o resultado líquido da empresa em um exercício através do confronto das receitas, custos e despesas apuradas, gerando informações significativas para tomada de decisão.

O DRE auxilia tanto na avaliação desempenho geral da empresa, quanto na análise de eficiência dos gestores em obter resultado positivo em suas áreas.



O mais importante é que o DRE é elaborado de uma maneira sequencial e lógica (receitas, menos as deduções, custos e despesas), o que permite até mesmo aqueles não financeiros interpretarem facilmente as informações e entenderem como está sendo composto o lucro líquido da empresa e claro, o que fazer para melhorá-lo.

1.1.1. Receitas

No Pronunciamento Conceitual Básico (R1) “Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis” emitido pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), a receita é definida no item 4.25 – como “aumentos nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma de entrada de recursos ou do aumento de ativos ou diminuição de passivos, que resultam em aumentos do patrimônio líquido e que estejam relacionados com a contribuição dos detentores dos instrumentos patrimoniais”.

O Pronunciamento Conceitual Básico CPC 30 – Receitas, em seu item 7 define a receita como sendo “o ingresso bruto de benefícios econômicos durante o período proveniente de atividades ordinárias da entidade que resultam no aumento do patrimônio líquido, exceto as contribuições dos proprietários”. O mesmo CPC no item 8 menciona que a receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade quando originários de suas próprias atividades.

O Pronunciamento deve ser aplicado na contabilização das receitas provenientes das seguintes transações: (a) venda de bens; (b) prestação de serviços; e (c) utilização por terceiros de ativos da entidade que produzam juros, royalties e dividendos.

Para fins de divulgação na demonstração do resultado, a receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade quando originários de suas próprias atividades.

A receita proveniente da venda de bens deve ser reconhecida quando forem satisfeitas todas as seguintes condições:

- (a) a entidade tenha transferido para o comprador os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens;
- (b) a entidade não mantenha envolvimento continuado na gestão dos bens vendidos em grau normalmente associado à propriedade e tampouco efetivo controle sobre tais bens;
- (c) o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade;
- (d) for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a entidade; e
- (e) as despesas incorridas ou a serem incorridas, referentes à transação, possam ser mensuradas com confiabilidade.

Quando a conclusão de uma transação que envolva a prestação de serviços puder ser estimada com confiabilidade, a receita associada à transação deve ser reconhecida tomando por base o estágio de execução (*stage of completion*) da transação ao término do período de reporte. O desfecho de uma transação pode ser estimado com confiabilidade quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- (a) o valor da receita puder ser mensurado com confiabilidade;
- (b) for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a entidade;
- (c) o estágio de execução (*stage of completion*) da transação ao término do período de reporte puder ser mensurado com confiabilidade; e
- (d) as despesas incorridas com a transação assim como as despesas para concluí-la puderem ser mensuradas com confiabilidade.

1.1.2. Custos e Despesas Variáveis

O sistema de custos e despesas variáveis fundamenta-se na atribuição de custos e despesas que oscilam em uma proporção direta ao volume de vendas, sendo elemento fundamental na determinação da contribuição marginal ou margem de contribuição.

São considerados custos e despesas variáveis aqueles cujo montante em unidades monetárias varia diretamente pelo nível de quantidade produzida e vendida de um determinado produto, afirma (PADOVEZE, 2003).

Segundo Stark (2007), o custo é determinado como variável se o seu total variar diretamente ao volume de produção, isto é, não se pode alocar um custo como variável se ele não flutuar de acordo com o volume de produção.

1.1.3. Custos e Despesas Fixas

O sistema de cálculo das despesas fixas contempla valores que embora tenham um volume significativo, não se alteram diretamente com a variação da receita bruta.

De acordo com Dubois, Kulpa e Souza (2006), "Custos fixos são aqueles cujos valores são os mesmos, qualquer que seja o volume de produção da empresa, dentro de um intervalo relevante."

Stark (2007), define que o custo é considerado como fixo se diante do volume de produção.

Para Padoveze (2003), o custo fixo é aquele que independe do volume de produção e venda de um determinado produto, ou seja, seu valor se mantém diante dessas mudanças. Também ressalta que os custos fixos são sujeitos às mudanças, podendo variar para mais ou para menos, dentro de um intervalo de variação significativo na quantidade produzida e vendida.

1.1.4. Resultado Operacional

É o resultado antes das despesas e receitas financeiras e do imposto de renda. É conhecido pela sigla em inglês: EBIT – *Earnings Before Interest and Taxes*. Outra sigla conhecida é EBITDA, que é o lucro operacional antes das despesas financeiras, do Imposto de renda e das despesas de depreciação e a amortização.

1.1.5. Despesas e Receitas Financeiras

A Lei das Sociedades por ações, em seus art. 187, define a apresentação desta rubrica como “as despesas financeiras deduzidas das receitas”.

Dentro da filosofia contábil, seria melhor classificá-las após o resultado operacional, pois o custo de capital de terceiros seria apresentado após o resultado operacional, chegando-se ao lucro final atribuível ao capital próprio. O texto da Lei não prevê, mas permite, para quem quiser, uma segregação do lucro operacional em duas partes: antes e depois dos encargos financeiros.



Além das despesas financeiras com financiamentos e empréstimos, a empresa também incorre em outros gastos financeiros que não oriundos especificamente de financiamentos. São gastos necessários para atividades normais junto aos estabelecimentos bancários, decorrentes de outras operações financeiras ou serviços prestados pelos bancos, ou despesas financeiras marginais a outras operações e que normalmente são considerados como despesas financeiras pela contabilidade.

1.1.6. Imposto de Renda e Contribuição Social

A legislação tributária, consolidada no Regulamento do Imposto de Renda, Decreto número 3.000, de 26-03-99 (RIR/99), prevê que o imposto de renda a pagar pelas pessoas jurídicas com obrigatoriedade de manter escrituração contábil é calculado com base no lucro real, que é definido como segue:

“Lucro Real é o lucro líquido do período de apuração ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou normatizadas por esse decreto (art. 247, RIR/99).”

A legislação fiscal atual admite o cálculo do imposto de renda a pagar com base no lucro real ou no lucro presumido (estimado).

No caso do lucro real, é necessário para seu cálculo conhecer o valor do lucro ou prejuízo líquido do período e os valores que devem ser acrescidos, excluídos ou compensados a esse lucro, de acordo com a legislação fiscal.



Sobre a base de tributação do Lucro Real incidem o IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica) e a CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido). A alíquota do IRPJ pode ser de 15% ou 25%, dependendo do lucro apurado, e a CSLL é definida em 9% para qualquer lucro. No lucro Real os tributos incidentes sobre os resultados da empresa (IRPJ e CSLL) podem ser de 24% (IRPJ: 15% + CSLL: 9%) ou de 34% (IRPJ: 25% + CSLL: 9%).

1.1.7. Resultado Líquido

O lucro líquido, ou prejuízo, resulta da diminuição do lucro após o Imposto de Renda, de participações devidas a debenturistas (caso em que os debenturistas também participam no lucro), a empregados, a administradores e a detentores de partes beneficiárias (esses títulos, que representam direito que certas pessoas têm de receber participação no lucro, mesmo que não sejam acionistas, por terem no passado beneficiado significativamente a empresa, também são pouco comuns). Essas participações têm limitações legais e as duas primeiras são dedutíveis para cálculo do Imposto de Renda dentro de certas condições.

Esse resultado líquido é transferido para a conta de lucros ou prejuízos acumulados e a legislação determina que seja, na demonstração do resultado, calculado quanto do lucro obtido pertence a cada espécie e classe de ação.

1.2 Demonstrativo de Fluxo de Caixa

De acordo com o Pronunciamento Conceitual Básico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, as informações sobre o fluxo de caixa de uma entidade são úteis para proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis uma base para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como as necessidades da entidade de utilização desses fluxos de caixa. As decisões econômicas que são tomadas pelos usuários



exigem avaliação da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como da época de sua ocorrência e do grau de certeza de sua geração.



Ainda segundo o CPC 03, o mesmo salienta que, a demonstração dos fluxos de caixa, quando usada em conjunto com as demais demonstrações contábeis, proporciona informações que permitem que os usuários avaliem as mudanças nos ativos líquidos da entidade, sua estrutura financeira (inclusive sua liquidez e solvência) e sua capacidade para mudar os montantes e a época de ocorrência dos fluxos de caixa, a fim de adaptá-los às mudanças nas circunstâncias e oportunidades. As informações sobre os fluxos de caixa são úteis para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e possibilitam aos usuários desenvolver modelos para avaliar e comparar o valor presente dos fluxos de caixa futuros de diferentes entidades. A demonstração dos fluxos de caixa também concorre para o incremento da comparabilidade na apresentação do desempenho operacional por diferentes entidades, visto que reduz os efeitos decorrentes do uso de diferentes critérios contábeis para as mesmas transações e eventos.

Para Brigham, Gapenski e Ehrhardt (2001), os fluxos de caixa líquidos são mais utilizados por analistas do que as contas contábeis de resultado apuradas nos relatórios contábeis, pois o Fluxo de Caixa é regido pelo regime de caixa, ou seja, representa as saídas e entradas financeiras efetivas nas empresas. As contas contábeis de resultado são regidas pelo regime de competência e, portanto, consideram receitas e despesas apuradas no Período, que podem, porém ser realizadas efetivamente em outro período. Além disso, os valores “não desembolsáveis” são considerados nas contas de resultado.

“Para estimá-los, geralmente, inicia-se pela mensuração dos lucros. Os fluxos de caixa livres para a empresa, por exemplo, baseiam-se nos lucros operacionais após impostos.” (DAMODARAN, 2007, p. 54).

Entretanto Damodaran (2007) salienta que as empresas fornecem indicadores de lucro sob a forma de lucro antes do imposto de juros e impostos (EBIT). Portanto, ao avaliar empresas, três considerações devem ser feitas para a utilização deste lucro. A primeira é obter uma estimativa mais atualizada possível. A segunda é corrigir o erro de



classificação contábil do lucro. E a terceira é que os lucros declarados pela empresa podem ser bem diferentes dos lucros reais, em virtude das limitações nas regras contábeis e das próprias atividades das empresas.

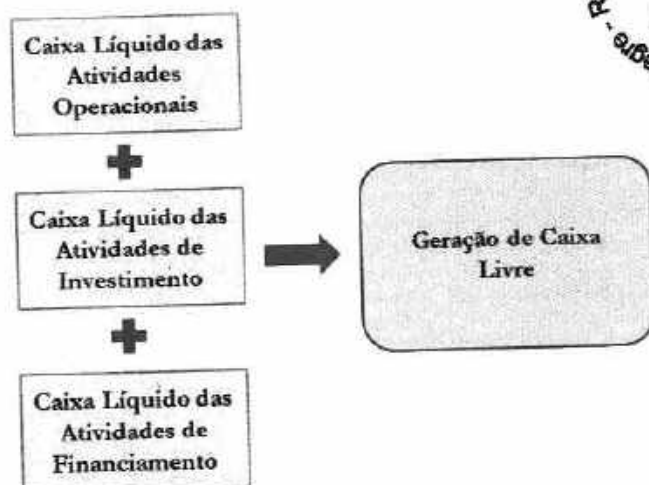
Os acréscimos de riqueza ocasionados a partir da realização de investimentos também devem ser computados no cálculo do fluxo de caixa. “Devem ser deduzidos desses valores de caixa, ainda, os desembolsos previstos referentes aos novos investimentos em capital de giro” (ASSAF NETO, 2010, p. 675). “Aumentos em capital de giro comprometem mais caixa e, portanto, drenam os fluxos de caixa. Em contrapartida, reduções no capital de giro liberam caixa e aumentam os fluxos de caixa.” (DAMODARAN, 2007, p. 71).

Segundo Gitman (Princípios de Administração Financeira, 2010 Pág. 103), o Fluxo de Caixa de uma empresa representa o montante de fluxo de caixa disponível para os investidores – os fornecedores de capital de terceiros (credores) e de capital próprio (sócios) – depois de a empresa ter satisfeito todas as suas necessidades operacionais e coberto os investimentos em ativo fixo líquido e em ativo circulante líquido. Representa o montante líquido de fluxo de caixa disponível no período para credores e sócios.

Considerando os aspectos legais que envolvem este laudo e obedecendo ao método de aplicação sugerido pelos órgãos reguladores, será utilizado como modelo do demonstrativo do Fluxo de Caixa o estabelecido pela lei 6.404/76 (Lei das S.A.) e alterações advindas de legislação posterior, bem como deliberação 641 da CVM (Comissão de Valores Mobiliários) de 07 de outubro de 2010 (DOC. I).

Desta forma, o demonstrativo de fluxo de caixa livre apresenta-se como segue abaixo:





Com o objetivo de demonstrar a viabilidade Econômica Financeira e identificar a capacidade de destinação de recursos para atender principalmente as necessidades frente à amortização dos credores será utilizada, para efeitos deste laudo e das projeções apresentadas, a análise pelo método do Fluxo de Caixa Livre.

1.2.1 Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

O Caixa Líquido Operacional de uma empresa é o fluxo de caixa que ela gera a partir de suas operações regulares – produção e venda de bens e serviços. É importante observar que uma empresa pode apresentar prejuízo líquido no período (lucro líquido negativo) e ainda assim possuir fluxo de caixa operacional positivo.

Também foram consideradas a Depreciação e outras despesas não desembolsáveis, pois não envolvem saídas efetivas de recursos. Desta forma, como são redutoras da base de cálculo para tributação do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido serão consideradas como entradas de caixa, quando se tratar da empresa tributada pelo lucro Real.

O Pronunciamento Conceitual Básico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, em seu item 13 afirma que o montante dos fluxos de caixa advindos das atividades operacionais é um indicador chave da extensão pela qual as operações da entidade têm gerado suficientes fluxos de caixa para amortizar empréstimos, manter a capacidade operacional da entidade, pagar dividendos e juros sobre o capital próprio e fazer novos investimentos sem recorrer a fontes externas de financiamento. As informações sobre os componentes específicos dos fluxos de caixa operacionais históricos são úteis, em conjunto com outras informações, na projeção de fluxos futuros de caixa operacionais.

1.2.2 Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos

Na apuração da demonstração da Geração de Caixa é importante destacar e identificar as variações relativas aos ativos fixos da empresa. O caixa líquido das atividades de investimentos retrata as variações sobre os ativos fixos. Referem-se principalmente aos ativos de longo prazo e outros investimentos não enquadrados na atividade operacional da empresa.

Segundo o Pronunciamento Conceitual Básico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, em seu item 16 a divulgação em separado dos fluxos de caixa advindos das atividades de investimento, é importante em função de tais fluxos de caixa representarem a extensão em que os dispêndios de recursos são feitos pela entidade com a finalidade de gerar lucros e fluxos de caixa no futuro. Somente desembolsos que resultam em ativo reconhecido nas demonstrações contábeis são passíveis de classificação como atividades de investimento.

1.2.3 Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos

As fontes de financiamento das sociedades e as eventuais necessidades futuras de financiamentos são apuradas através das atividades de financiamentos. Amortizações não



sujeitas à recuperação judicial, assim como amortizações de parcelamentos tributários já contraídos, se existirem, serão devidamente identificados no demonstrativo elaborado de forma distinta.

Em complemento ao exposto a cima o Pronunciamento Conceitual Básico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, em seu item 17 atenta para o fato de que a divulgação separada dos fluxos de caixa advindos das atividades de financiamento é importante por ser útil na predição de exigências de fluxos futuros de caixa por parte de fornecedores de capital à entidade.

1.3 Balanço Patrimonial

O balanço tem por finalidade apresentar a posição financeira e patrimonial da empresa em determinada data, representando, portanto, uma posição estática.

Conforme o art. 178 da Lei 6.404/76 “no balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia.”

Conforme as intitulações da Lei, o balanço é composto por três elementos básicos:

BALANÇO PATRIMONIAL	
ATIVO	PASSIVO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

1.3.1 Ativo

Compreende os recursos controlados por uma entidade e dos quais se esperam benefícios econômicos futuros.

1.3.1.1 Ativo Circulante

O ativo circulante engloba, além das disponibilidades, créditos, estoques e despesas antecipadas realizáveis no exercício social subsequente, ou seja, se caracteriza como realização em até um ano. O mesmo se aplica ao passivo circulante. Todavia, em casos anormais em que o ciclo operacional da empresa é superior a 12 meses, ativo e passivo circulante podem assumir prazo igual a esse ciclo, como ocorre nas construtoras de navios, nas fazendas de criação e engorda de gado e outros casos raros.

Deve-se também entender que “realizáveis” é uma expressão nitidamente contábil e não financeira. Em contabilidade, “realizar” tem um sentido próprio, quer dizer “converter”, “mudar”, “transformar”, e não só ser recebido em dinheiro. Assim, os créditos realizam-se por serem recebidos, mas também se realizam se forem baixados como incobráveis; estoques de matérias-primas realizam-se mediante utilização para transformação em produtos acabados; e estes se realizam mediante venda. As despesas antecipadas realizam-se mediante transformação em despesas de exercício; os imobilizados realizam-se por depreciação, por vendas ou por baixas devidas a desapropriação, a acidentes que os inutilizam etc.

1.3.1.2 Ativo Não Circulante

Este grupo está dividido da seguinte forma: Realizáveis a longo prazo, Investimentos, Imobilizado e Intangível.



Os realizáveis a longo prazo são recebidos após o final do exercício social seguinte (período superior a 12 meses). Devem passar para o circulante no balanço imediatamente anterior àquele em que se realizarão. Nossa legislação determina que os créditos junto a controladas, coligadas, administradores e sócios, originários de atividades não normais (empréstimos, adiantamentos etc.) devem figurar como realizáveis a longo prazo, mesmo que vencíveis a curto.

De acordo com a Lei 11.638/07, todos os ativos provenientes de operações de longo prazo devem ser ajustados a valor presente.

Os Investimentos são considerados permanentes quando não destinados à negociação, mas dirigidos para produzirem benefícios à investidora mediante sua participação nos resultados das investidas ou para obtenção de bom relacionamento com os clientes ou fornecedores (inclusive instituições financeiras), ou para especulação pura e simples sem nenhum prazo definidos (como obras de arte, terrenos etc. que não se destinem às atividades da empresa). Na maioria das vezes esses investimentos são decorrentes de participações societárias, mas podem incluir outros bens como investimentos em ações, ou cotas de empresas limitadas, imóveis para aluguel, obras de arte etc.

O ativo para ser classificado como Imobilizado deve apresentar algumas características básicas:

- Possuir duração bastante longa, quase permanente;



- Não se destinar a venda;
- Ser utilizado nas operações da empresa.

Exemplos: Edificações da fábrica, veículos, máquinas e equipamentos utilizados no processo fabril, móveis e utensílios, direitos de exploração de jazidas e outros recursos naturais etc.

O intangível representa bens não tangíveis (incorpóreos), como marcas, patentes, direitos autorais, etc.

De acordo com a nova legislação, o intangível passou a se constituir em grupo próprio de contas do Ativo Não Circulante.

1.3.2 Passivo

Compreende as exigibilidades e obrigações. O Passivo é dividido em Circulante e Não Circulante (exigível a longo prazo).

Tanto o circulante quanto o não circulante são compostos de dívidas, obrigações, riscos (provisões para garantias, por exemplo) e contingências (estas são de fato geradores já ocorrido, como atuações fiscais, trabalhistas, ações judiciais e outros litígios em discussão). Só há diferenciação em função do prazo e prevalecem os comentários quanto ao ativo circulante. Os passivos sujeitos a indexação por índices de preços, moeda estrangeira e outras formas contratadas de pós-definição devem estar totalmente atualizados na data do balanço; os juros proporcionais também devem ser registrados.

À medida que os empréstimos tomados a longo prazo passam a ser vencíveis no exercício social subsequente, são transferidos para o passivo circulante.



1.3.3 Patrimônio Líquido

No balanço patrimonial, a diferença entre o valor dos ativos e dos passivos representa o Patrimônio Líquido, que é o valor contábil pertencente aos acionistas e sócios. O pronunciamento Conceitual Básico – Estrutura Conceitual para Elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis (do CPC) destaca que normalmente, numa base de continuidade operacional, somente por coincidência o valor pelo qual o Patrimônio Líquido é apresentado no balanço patrimonial será igual ao valor de mercado das ações da companhia, ou igual à soma que poderia ser obtida pela venda de seus ativos e liquidação de seus passivos isoladamente ou da entidade como um todo. De acordo com a Lei 6.404/76, com a redação modificada pela Lei 11.941/09, o Patrimônio Líquido é dividido em:

- a) Capital Social – representa valores recebidos dos sócios e também aqueles gerados pela empresa que foram formalmente (juridicamente) incorporados ao Capital (lucros que os sócios renunciaram e incorporaram como capital);
- b) Reservas de Capital – representam valores recebidos que não transitaram e não transitarão pelo resultado como receitas, pois derivam de transações de capital com os sócios;
- c) Ajustes de Avaliação Patrimonial – representam as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência de sua avaliação a valor justo, enquanto não computadas no resultado do exercício; algumas poderão não transitar pelo resultado, sendo transferidas diretamente para lucros ou prejuízos acumulados;



- d) Reservas de Lucros – representam lucros obtidos e reservados pela empresa, retidos com finalidade específica;
- e) Ações em Tesouraria – representam as ações da companhia que são adquiridas pela própria sociedade (podem ser quotas, no caso de limitadas); e
- f) Prejuízos Acumulados – Representam resultados negativos gerados pela empresa à espera de absorção futura; no caso de sociedades que não por ações, podem ser Lucros ou Prejuízos Acumulados, pois pode também abranger lucros à espera de definição futura.

1.4 Necessidade de Capital de Giro

Damodaran (2004) afirma que, “a demanda por capital de giro é uma demanda derivada. Em outras palavras, a demanda por estoque tem origem no número de unidades que a empresa espera vender; e mudanças esperadas em duplicatas a receber irão refletir o crescimento que a empresa espera em vendas a crédito.” Desse modo, as estimativas de capital de giro devem ser vinculadas as receitas brutas ou ao custo de bens vendidos ao projeto.

Ainda (DAMODARAN 2007), as empresas também podem usar outras informações ao estimar o capital de giro. Elas podem basear sua estimativa de capital de giro para um projeto na experiência de projetos passados, nas exigências globais de capital de giro para empresa, ou na prática do setor. A experiência da empresa com projetos similares no passado pode ser útil para alguns empreendimentos.

Para as empresas com um único negócio ou negócios similares, as exigências globais de capital de giro da empresa podem proporcionar uma medida das necessidades de capital de giro que podem ser usadas para projetos isolados.

Quando uma empresa entra em um novo negócio ou opera em múltiplos negócios, o método mais razoável para estimar as necessidades de capital de giro é examinar as práticas do setor.

Segundo Marion (2009) “a necessidade de capital de giro representa em montante o ciclo financeiro de uma empresa.”

A necessidade de capital de giro foi projetada a partir do ciclo financeiro atual da empresa, verificada em seus demonstrativos contábeis. Também se projetou a manutenção da estrutura de capital atualmente utilizada para a cobertura dos investimentos, se necessários.

A necessidade de capital de giro se dá em função do ciclo financeiro da empresa. Quando o ciclo de caixa é longo, a necessidade de capital de giro é maior e assim, quanto mais curto menor será a sua necessidade. O cálculo através do ciclo financeiro possibilita, com maior facilidade, prever a necessidade de capital de giro.

1.5 Investimentos em CAPEX

CAPEX é a sigla da expressão inglesa *Capital Expenditure* (em português, despesas de capital ou investimento em bens de capital) e que designa o montante de dinheiro despendido na aquisição (ou introdução de melhorias) de bens de capital de uma determinada empresa. O CAPEX é, portanto, o montante de investimentos realizados em





equipamentos e instalações de forma a manter a produção de um produto ou serviço, ou seja, para manter em funcionamento um negócio, ou ainda um determinado sistema. Os investimentos em bens de capital, equipamentos e instalações para manter a produção e/ou funcionamento do negócio foram projetados por julgamento dos avaliadores e pelas variações destes itens em seus balanços patrimoniais. A necessidade constante de renovação do parque de máquinas é devido à renovação tecnológica constante sobe pena da obsolescência e ainda pela necessidade de investimentos que supram a projeção de crescimento aspirada pela sociedade.



2. Elaboração

O trabalho foi conduzido sob a responsabilidade da empresa, Mirar Gestão Empresarial, CNPJ: 15.471.102/0001-62, com sua sede em Porto Alegre/RS, à Rua Capitão Pedro Werlang, n.º. 554, Bairro Intercap.

A responsabilidade técnica pela coordenação e elaboração deste laudo de avaliação compete aos seguintes profissionais:

João Carlos Meroni Miranda

Contador, Especialista em Finanças Corporativas, Especialista em *Turnaround* de Empresas, Mestre em Administração de Empresas, Doutorando em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Professor Universitário de graduação e pós-graduação na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Consultor de empresas, Registrado no Conselho Regional de Contabilidade sob n.º. CRC/RS 37.218.

Diego Leandro Malgarizi

Contador graduado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Especialista em *Turnaround* de Empresas pelo INSPER, pós-graduando em Gestão de Tributos e Planejamento Tributário pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Mariana Daher Miranda

Administradora de empresas e contadora graduada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Especialista em *Turnaround* de Empresas pelo INSPER, pós-graduanda em Finanças, Controladoria e Auditoria pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.

3. Cenário Econômico

O presente capítulo tem por objetivo apresentar o contexto econômico e de negócios, em nível macro, para que os leitores tenham um melhor entendimento da situação e das perspectivas no momento em que foi elaborado o presente laudo e que de certa forma, influenciaram na composição das premissas deste documento.

Cenário Macroeconômico

De acordo com o Boletim Macro IBRE Outubro/16, os índices de confiança mantiveram, em setembro, a tendência de alta iniciada em abril passado, influenciada pelos componentes de expectativas, que explicam a evolução da confiança empresarial.

Segundo as análises do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), pertencente à Fundação Getúlio Vargas (FGV) percebe-se a virada da confiança industrial ao final de 2015 precedeu o avanço da produção de 2016. Tendo em vista que, neste desfecho, o motor para a recuperação da indústria brasileira, foram as exportações substituindo as importações, favorecidas por ganhos de competitividade com o câmbio. Esse movimento facilitou o ajuste de estoques e levou os empresários a projetarem melhores dias para o início de 2016, ao associar o drive inicial a uma subsequente retomada do consumo interno. Ocorre que, antes que o mercado interno se restaurasse, a valorização cambial de 2016 esfriou a recuperação pela via externa.

Do ponto de vista do consumo, a situação complica-se, pois a massa salarial continua em queda, devido ao desemprego, e a política monetária permanece apertada; além disso, as famílias apresentam níveis recordes de alavancagem, levando-as a manter cautela em relação a novos gastos. O nível de endividamento financeiro das famílias, por exemplo, reduziu-se a partir de setembro de 2015, segundo o BC, passando de 46,1% da renda para 43,4% em julho passado.

Os resultados de agosto da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), divulgados pelo IBGE, e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), divulgados pelo Ministério do Trabalho, indicam persistência

da fraqueza no mercado de trabalho. A taxa de desemprego aumentou pela terceira consecutiva no ano e alcançou, de acordo com a PNAD Contínua, 11,8% em agosto, apesar de a redução da taxa de participação. O mercado tem se surpreendido desde meados do ano com o movimento de saída de pessoas da força de trabalho para a inatividade. Esse fenômeno, o “efeito desalento”, tende a ocorrer após períodos prolongados de desemprego, quando uma parcela dos desocupados desiste de buscar trabalho. A redução do ritmo de crescimento da PEA originada por menor pressão de novos trabalhadores em busca de emprego, por outro lado, pode contribuir para diminuir a taxa de desemprego no futuro próximo.

Conforme dados da Sondagem do Consumidor, a percepção sobre a situação financeira das famílias é ainda ruim, mas parou de piorar. Analogamente, entre abril e setembro, houve redução da proporção de famílias que estão “usando recursos de poupança para cobrir gastos correntes”, de 18,1% para 15,1% do total, o menor valor desde dezembro de 2015.

Esses sinais ainda incipientes indicam que mesmo um eventual ciclo de redução de juros nos próximos meses seria insuficiente para promover uma recuperação do consumo na velocidade observada em outras saídas de recessão. A boa notícia é que a melhora das expectativas pode se consolidar, à medida que a inflação e os juros reais comecem a ceder, como o mercado projeta.

PIB

Os dados de atividade divulgados até o momento indicam que o PIB do terceiro trimestre teve um desempenho bem aquém do antecipado pelo mercado. As expectativas mais otimistas atribuíam ao terceiro trimestre o ponto de virada da atividade econômica, quando o PIB interromperia a sequência de declínios na margem. Entretanto os dados de agosto demonstraram um resultado bastante fraco no mês, de -1,6% ante julho. Desta forma a projeção do PIB para o terceiro trimestre deste ano é de -3,4%, assim, a taxa trimestral de crescimento do nível de atividade retornará ao terreno positivo apenas no primeiro trimestre de 2017, onde o crescimento esperado para o ano é de 0,6%.

Em agosto, a produção industrial surpreendeu muito negativamente ao recuar quase 4%, devolvendo em um único mês todo o ganho acumulado ao longo de julho. Para o mês de setembro, os indicadores já divulgados não apontam para uma recuperação robusta da indústria, a prévia dos dados sugere um crescimento de apenas 0,9% em relação ao mês anterior. Assim, a indústria de transformação, que no segundo trimestre apresentou desempenho bastante positivo, deverá se retrair 2,1% nos dados das Contas Nacionais.

Também em agosto, a despeito do mencionado crescimento da produção, as importações de bens de capital apresentaram expressivo declínio, contribuindo para um desempenho muito fraco da absorção total de máquinas e equipamentos. Com isso, o investimento deverá apresentar mais uma retração na margem.

Inflação

No que refere-se à inflação as análises do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) destacam que as expectativas para o IPCA de 2016 recuaram entre 0,3 e 0,5 ponto percentual (pp), em menos de um mês. Se considerarmos, respectivamente, a mediana da pesquisa Focus ou os Top 5 de médio prazo. A maior parte dessa revisão decorre do comportamento favorável dos preços dos alimentos, cuja queda passou de hipótese forte a fato consumado nas últimas quatro semanas.

De acordo com o IBGE, o subgrupo alimentação no domicílio registrou, em setembro, queda de 0,60%, menor taxa mensal desde agosto de 2014. A redução tem muito de sazonal, ainda que um pouco tardia em comparação com anos anteriores; mas a intensidade da queda sugere que os efeitos mais danosos do fenômeno El Niño acabaram. Livres de pressões climáticas e cambiais, os alimentos no domicílio devem passar da atual taxa acumulada em 12 meses de 16,14% para 12% em dezembro, prosseguindo em trajetória cadente ao longo de 2017.

Conforme o relatório Focus de 21 de Outubro, as previsões da inflação decresceram neste último mês tanto para 2016 quanto em 2017. Para o ano que vem que é o foco do Banco Central, o mercado segue projetando um cenário de inflação menor, a estimativa caiu de 5,15% para 5%. Há quatro semanas, estava em 5,07%. Já para este ano, a



projeção para a inflação oficial, medida pelo IPCA, decresceu de 7,1% para 6,89%. No mês passado este encontrava-se no patamar de 7,25%.



Já para os analistas do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), a projeção da inflação segue em uma taxa acumulada em dezembro deste ano da ordem de 7,1%, levando em conta a evolução dos preços administrados, para os quais se prevê alta de 5,9%, já considerada uma redução da gasolina.

Políticas Monetária e Fiscal

As expectativas de inflação para 2017, como mencionado, caminham na direção desejada pelo Banco Central. Em declínio desde abril deste ano, tais expectativas se estabilizaram no aguardo da definição dos novos rumos da política monetária. O atual presidente do BC assumiu o cargo no final de junho, na época havia demonstrado estratégias relativamente duras. Com isso as reações de mercado foram animadoras.

Ao alterar o tom do seu discurso inicial, eliminando de seus comunicados a advertência de que inexistia espaço para flexibilizar a política monetária, o BC enumerou os fatores dos quais dependeria tal flexibilização. Em poucas palavras, para dar início a um ciclo de queda de juro, o BC precisaria estar seguro de que o choque de preços de alimentos ficou para trás, os preços mais sensíveis da economia ingressaram em trajetória sustentável de queda e as incertezas quanto ao ajuste fiscal diminuíram. Estima-se que a inflação dos alimentos recue cerca de 12,0% no final do ano, permanecendo em queda durante boa parte de 2017.

Em reunião do COPOM deste mês, na qual a decisão de reduzir a taxa SELIC em 0,25 ponto de porcentagem foi vista com bons olhos pelos analistas do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE). Apesar do ajuste modesto, estes afirmam que quanto mais conservador for o BC nesta fase inicial da flexibilização, maior será o ganho em termos de expectativas e de redução da própria inflação, abrindo-se espaço para quedas de juro mais expressivas ao longo de 2017, condicionadas, evidentemente, a um avanço concreto nas reformas fiscais.





Quanto à política fiscal, ponto focal do desajuste estrutural da nossa economia, ênfase da análise continua a ser na necessidade de lidar com o crescimento e o aumento entre a rigidez do gasto e o forte componente cíclico das receitas. A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241/16 representa, um primeiro passo para encaminhar uma solução duradoura para esse desajuste.

Ressalta-se que a votação à proposta foi aprovada pela Câmara dos Deputados na madrugada do dia 26 de outubro, o texto deve seguir, agora, para análise no Senado, onde a expectativa é de votação em 13 de dezembro. Na Proposta estabelece-se um teto para as despesas primárias para os próximos 20 anos, teto este que corresponde ao gasto primário total do ano anterior acrescido da inflação medida pelo IPCA acumulado em 12 meses findos em junho do ano anterior, conforme versão que foi aprovada na Câmara.

Os analistas do IBRE salientam que a PEC 241 será tão bem sucedida quanto maior for o apetite, por parte do governo e da sociedade, por reformas que a complementem. Em outras palavras, o sucesso da PEC depende de reformas que aliviem o crescimento inercial dos gastos em algumas rubricas.

4. Panorama da Empresa



Situada na Avenida Bento Gonçalves nº 415 da cidade de Porto Alegre, Rio Grande Do Sul, Brasil a empresa Brondani Auto Peças Ltda - EPP, foi fundada em 1995 pelo Sr. Flávio Brondani, Sr. Cláudio Brondani e a Sra. Ivania Brondani, atuando no mercado de reposição automotiva.





Descrição da Sociedade

Razão Social: BRONDANI AUTO PEÇAS LTDA - EPP

Nome Fantasia: BRONDANI AUTO PEÇAS

CNPJ: 00.664.942/0001-74

Data: 09/06/1995

CNAE: 45.30-7-03 Comércio e varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores

Situação: Ativa

Linha do Tempo

1995 - A empresa Brondani Auto Peças é fundada por Flávio Brondani, Claudio Brondani e Ivania Brondani, prestando serviço de lavagem de carros e estacionamento.

2001 - Grande marco para o futuro da empresa, devido a uma visão inovadora e empreendedora do empresário Claudio Brondani na formação de uma rede de cooperação entre as lojas de autopeças no estado. A empresa participa ativamente deste projeto viabilizando a fundação da Rede Âncora no RS juntamente com outras lojas do setor.

2006 a 2009 - Construção e ampliação com segundo piso para estoque, escritórios e atendimento.



Ocorre a expansão da Rede Âncora em nível nacional com a consolidação em 11 estados. O empresário Claudio Brondani tem participação ativa e grande envolvimento pessoal neste processo.

2010 - A empresa Brondani Auto Peças investe em uma equipe de venda interna e externa, em um programa de prospecção e ampliação de clientes e na montagem da loja de peças e acessórios.

2011 - A empresa concretiza a estratégia de vendas e distribuição de produtos ampliando a base de atuação no mercado alvo e reconhecimento do setor. Implantação de um sistema de estôm em autopeças tele vendas e tele entrega. Também foi definida a linha estratégica de atuação, confirmando a missão, visão e valores.

2012 - Mantendo o foco no mercado, é o ano de abertura da primeira filial, na zona sul de Porto Alegre. Com uma área de 200m² é mais um amplo espaço para os cliente. Desta forma ampliando e expandindo a atuação da Brondani Auto Peças no mercado.

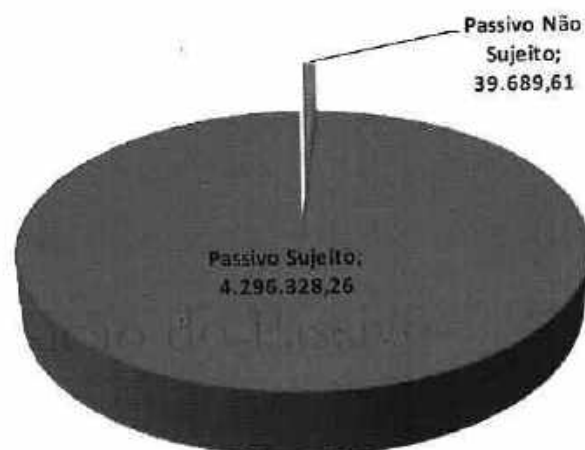




Finalizando, uma vez apresentada a empresa, o capítulo seguinte apresenta a composição do seu passivo.

5. Composição do Passivo

Para efeito de amortização do Plano de Recuperação Judicial, o passivo da Brondani Auto Peças Ltda é decomposto conforme ilustrado pelo gráfico a seguir:

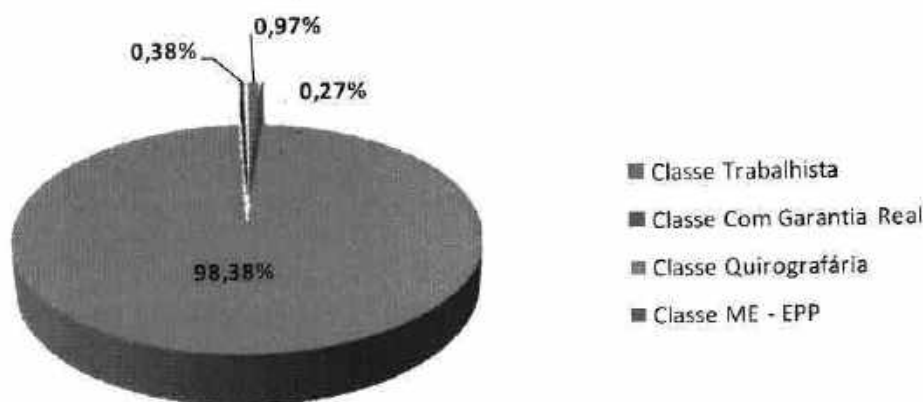


6. Composição e Proposta de Amortização do Passivo Sujeito

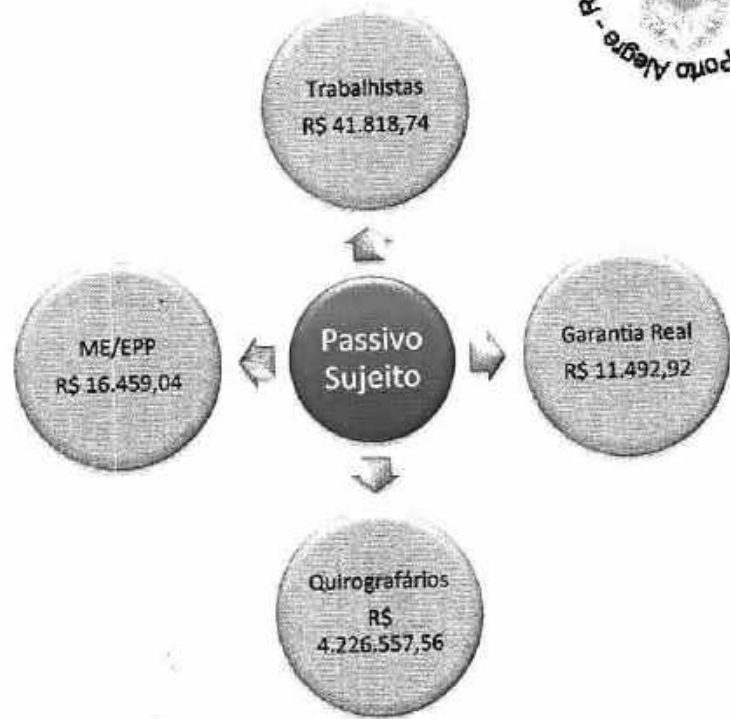
O Passivo Sujeito à recuperação judicial está com base na primeira relação de credores anexada na petição inicial e fica dividido nas seguintes classes:

- (i) Créditos Trabalhistas – Créditos oriundos das relações de trabalho.
- (ii) Créditos com Garantia Real - Créditos decorrentes das operações com garantia real.
- (iii) Créditos Quirografários – Créditos decorrentes das operações sem garantia real.
- (iv) Créditos ME/EPP – Créditos decorrentes de transações realizadas com empresas enquadradas como Micro Empresas ou Empresas de Pequeno Porte.

Composição do Passivo Sujeito à RJ



Em valores nominais, o passivo sujeito divide-se da seguinte forma:



6.1 Amortização de Créditos Trabalhistas

Os credores trabalhistas, quais sejam, aqueles que se enquadram na classe prevista no inciso I do art. 41 da LRF, titulares de créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidente de trabalho, serão pagos até o limite de 20 (vinte) salários mínimos por credor, vigentes na data de apresentação do plano de recuperação judicial, em até um ano do trânsito em julgado da decisão que homologar o plano de recuperação judicial.

Os créditos trabalhistas que excederem o limite previsto de 20 (vinte) salários mínimos terão seu saldo remanescente, quando houver, pago, conforme indicado no PRJ.

6.2 Amortização de Créditos com Garantia Real

Os credores com garantia real, quais sejam, aqueles que se enquadram na classe prevista no inciso II do art. 41 da LRF, serão satisfeitos conforme o quadro resumo abaixo:

Deságio	• Sem deságio
Prazo	• Até 1 (um) ano
Carência	• Sem carência
Atualização	• TR + 4% a.a.
Periodicidade de Amortização	• Anual

6.3 Amortização de Créditos Quirografários

Os credores quirografários, quais sejam, aqueles que se enquadram na classe prevista no inciso III do art. 41 da LRF, foram, para efeito do Plano de Recuperação Judicial (PRJ) da Brondani Auto Peças Ltda, distribuídos em:



Isto posto, os Credores Quirografários Operacionais serão satisfeitos conforme o quadro resumo abaixo:

Deságio	• Sem deságio
Prazo	• Até 5 anos
Carência	• 2 (dois) anos
Atualização	• TR + 4% a.a.
Periodicidade de Amortização	• Anual

E por sua vez, os Credores Quirografários Financeiros serão satisfeitos conforme o quadro resumo abaixo:

Deságio	• 50%
Prazo	• Até 10 (dez) anos
Carência	• 2 (dois) anos
Atualização	• TR + 4% a.a.
Periodicidade de Amortização	• Anual

6.4 Amortização Créditos ME/EPP



Os credores ME/EPP, quais sejam, aqueles que se enquadram na classe prevista no inciso IV do art. 41 da LRF, serão satisfeitos conforme o quadro resumo a seguir:

Deságio	• Sem deságio
Prazo	• Até 1 (um) ano
Carência	• Sem Carência
Atualização	• TR + 4% a.a.
Periodicidade de Amortização	• Anual

6.5 Considerações Comuns ao Passivo Sujeito a Recuperação Judicial

Considera-se data base para efeito das amortizações previstas no plano de recuperação, a data do trânsito em julgado da decisão que homologá-lo. Assim, o período de carência iniciar-se-á a partir da data base, e todas as amortizações iniciar-se-ão após a carência proposta.

Conforme descrito no Plano, exceto a classe trabalhista (quais sejam aqueles que se enquadram na classe prevista no inciso I do art. 41 da LRF), todas as parcelas anuais das demais classes estão divididas em duas partes:

a) **Parte Fixa:** 50% de cada parcela anual é garantido pela recuperanda como parcelas fixas,



b) **Parte Variável:** 50% restantes de cada parcela variáveis, tais pagamentos estão vinculados de forma pró-rata, entre os créditos gerados de fluxo de caixa. Entende-se como geração de fluxo de caixa o resultado líquido da empresa, deduzidos da amortização de obrigações extraconcursais, bem como recursos destinados ao financiamento da necessidade de capital de giro e CAPEX.

7. Premissas Estabelecidas

7.1 Período de Elaboração

O presente Laudo foi elaborado contemplando um horizonte temporal de 12 (doze) anos, sendo o ano 1, correspondente aos primeiros 12 meses contados a partir da data de homologação do plano de recuperação.

7.2 Projeção de Faturamento

Utilizou-se como critério para definição do faturamento projetado a média histórica dos exercícios de 2013 a 2015, ponderada com expectativa de crescimento do PIB e da Inflação, além de perspectivas macroeconômicas e setorial. Este crescimento está vinculado a reestruturação proposta por seus administradores no último exercício.

7.3 Custos e Despesas Variáveis

Foram considerados como custos variáveis os seguintes itens: PIS, COFINS, ICMS, Deduções de Vendas e CMV (Custo da Mercadoria Vendida). Para a projeção dos

tributos foi utilizada a estrutura tributária do último exercício. O custo da Mercadoria Vendida e demais despesas variáveis foram calculados através da mesma estrutura operacional.



7.4 Custos e Despesas Fixas

As despesas fixas foram projetadas a partir do último exercício (2015), acrescidas, periodicamente, da inflação projetada, baseada nos pronunciamentos do COPOM (Comitê de Política Monetária do Banco Central), ponderada com as adequações e reduções da estrutura de custos fixos projetadas.

Como despesas gerais e administrativas estão incluídas as seguintes rubricas:

- (a) Remuneração do Pessoal;
- (b) Serviços de Terceiros;
- (c) Material de Expediente;
- (d) Propaganda e Publicidade;
- (e) Aluguéis;
- (f) Despesas com Consumos (Água, Telefone, Internet, etc.) e
- (g) Outras despesas administrativas.

7.5 Necessidade de Capital de Giro

A necessidade de capital de giro foi projetada a partir do ciclo financeiro atual da empresa e sua expectativa de variação ao longo dos anos. Também se projetou a manutenção da estrutura de capital atualmente utilizada para a cobertura dos investimentos.



7.6 Investimentos em CAPEX

Os investimentos em ativos fixos foram dimensionados com o objetivo de suprir o crescimento projetado e recomposição de maquinários e equipamentos.

8. Projeções Orçamentárias

Após a definição das premissas orçamentárias, acima elencadas, chega-se aos seguintes demonstrativos da operação: (i) Demonstrativo de Resultado do Exercício Projetado; (ii) Demonstrativo de Fluxo de Caixa Projetado; e (iii) Balanço Patrimonial Projetado.

8.1 Demonstrativo de Resultado do Exercício

	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6
Receita Operacional Bruta	10.231.842,00	11.050.389,36	12.451.688,03	13.230.747,75	14.100.331,36	15.087.354,55
Deduções da receita bruta	873.799,51	943.703,25	1.061.666,56	1.150.674,46	1.204.168,30	1.286.480,08
Receita Operacional Líquida	9.358.042,49	10.106.686,11	11.370.021,47	12.109.073,29	12.896.163,06	13.798.894,47
Commoda/Mercadoria Vendida	5.729.851,52	6.188.239,04	6.961.745,30	7.414.256,74	7.906.185,56	8.148.918,55
Lucro Bruto	3.628.211,17	3.918.468,07	4.408.276,58	4.694.814,55	4.999.977,50	5.349.975,92
Despesa com Pessoal						
Despesas Comerciais						
Despesas Gerais e Administrativas	3.178.115,09	3.652.630,27	3.758.188,63	3.969.107,12	4.147.746,94	4.334.364,21
Depreciação						
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras	150.096,08	285.837,79	650.087,94	725.707,43	852.226,55	1.015.611,72
Despesas Financeiras	115.912,84	119.430,93	126.337,43	123.959,83	121.844,85	120.362,06
Receitas Financeiras			128.357,97	128.357,97	128.357,97	128.357,97
Resultado antes do IR e da CSLL	34.183,24	166.406,86	612.108,49	730.105,58	858.739,65	1.023.607,63
IR e CSLL	8.203,08	39.457,63	184.116,87	274.233,90	367.983,05	424.026,59
Resultado Líquido do Exercício	25.979,26	126.949,21	427.991,60	505.869,68	509.790,63	609.581,03



	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10	Ano 11	Ano 12
Receita Operacional Bruta	16.143.469,57	17.192.794,58	17.966.470,65	18.774.901,83	19.629.255,11	20.527.662,46
Deduzido de Receita Bruta	(1.376.652,28)	(1.468.264,68)	(1.531.556,59)	(1.603.581,74)	(1.675.533,02)	(1.747.932,18)
Receita Operacional Líquida	14.766.817,09	15.724.529,90	16.434.914,05	17.171.320,09	17.944.301,19	18.751.294,74
Costo das Mercadorias Vendidas	(8.041.242,95)	(8.227.665,13)	(8.004.223,58)	(8.513.978,62)	(8.997.107,66)	(9.481.527,59)
Lucro Bruto	5.724.474,24	6.096.565,06	6.370.990,49	6.657.601,46	6.957.193,53	7.270.267,24
Despesas em Pessoal						
Despesas Comerciais						
Despesas Gerais e Administrativas						
Depreciação	4.520.410,00	4.801.155,23	5.080.245,75	5.394.600,49	5.718.276,52	6.061.573,11
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras	1.195.063,64	1.295.389,83	1.281.664,75	1.263.000,97	1.238.917,01	1.208.694,13
Despesa Financeira	190.942,69	204.817,44	205.336,30	300.879,42	307.133,32	315.958,51
Receita Financeira	128.357,97	128.357,97	128.357,97	128.357,97	128.357,97	128.357,97
Resultado antes do IR e da CSLL	1.123.479,53	1.219.730,36	1.204.686,42	1.090.480,82	1.060.141,66	1.023.293,29
IR e CSLL	357.983,04	380.718,32	385.503,38	340.703,48	336.418,16	323.913,22
Resultado Líquido do Exercício	765.496,49	839.012,04	819.003,04	743.717,34	723.693,50	699.373,57

8.2 Demonstrativo de Fluxo de Caixa Projetado

	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7
Demonstrativo de Fluxo de Caixa							
Resultado Líquido do Exercício	55.079,26	121.019,21	127.991,09	56.860,28	200.790,63	199.381,05	765.496,49
(+) Depreciação	38.144,68	(20.814,00)	(20.333,53)	(24.892,29)	(265.199,75)	(304.103,14)	(198.721,85)
(+) Variação da Necessidade de Capital de Giro			(128.357,97)	(128.357,97)	(128.357,97)	(128.357,97)	(128.357,97)
(-) Receita Financeira (De) (Cred)	54.023,94	(71.504,83)	63.278,03	128.629,31	197.213,91	267.219,92	437.415,47
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais							
(-) Investimento em Capex e Outros		(20.000,00)	(20.000,00)	(20.000,00)	(20.000,00)	(20.000,00)	(20.000,00)
(+) Aluguel Anual		(20.000,00)	(20.000,00)	(20.000,00)	(20.000,00)	(20.000,00)	(20.000,00)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento							
(+) Ingresso Extraordinário (Antecipação do Faturamento)			410.936,25	386.159,33	544.536,22	590.750,45	627.801,59
(-) Amortização Extraordinária (Antecipação do Faturamento)					(273.104,73)	(304.419,98)	(344.323,16)
(+) Créditos Trabalhistas	(11.816,74)						
(-) Créditos Garantia Real	(11.492,92)						
(-) Créditos Contingentes Financeiros			(128.357,97)	(128.357,97)	(128.357,97)	(128.357,97)	(128.357,97)
(-) Créditos Contingentes Operacionais			(531.879,62)	(531.879,62)	(331.859,62)	(331.879,62)	(331.879,62)
(-) Créditos Contingentes Operacionais (Até R\$ 5.000)							
(-) Créditos SRF/ERP	(76.120,00)						
(-) Créditos Não Supostos							
(-) Endossamentos Trabalhistas							
Fluxo de Caixa de Financiamento	(60.770,70)		(49.501,24)	(74.078,26)	(185.821,54)	(527.120,11)	(526.700,11)
Fluxo de Caixa das Atividades	(15.646,76)	(71.504,83)	6.623,10	54.551,05	8.489,64	(20.797,20)	907.616,26
Saldo de Caixa	9.8879,44	8.368,61	2.343,45	36.899,48	28.447,85	7.740,65	96.417,00



Demonstrativo de Fluxo de Caixa	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10	Ano 11	Ano 12
Resultados Líquidos do Exercício	768.496,49	829.022,44	819.003,94	743.717,34	721.133,39	699.373,53
(+) Depreciação	(199.725,05)	(315.000,84)	(332.274,66)	(67.894,94)	(128.357,97)	(128.357,97)
(-/-) Variação da Necessidade de Capital Giro	(128.357,97)	(128.357,97)	(128.357,97)	(128.357,97)	(128.357,97)	(128.357,97)
(-) Receita Financeira (Despesa)						
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	437.415,47	385.633,23	458.460,40	547.865,33	549.571,27	441.764,46
(-) Investimento em Capex e Outros	(20.000,00)	(20.000,00)	(20.000,00)	(80.000,00)	(80.000,00)	(80.000,00)
(+) Aumento Ativos						
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	(20.000,00)	(20.000,00)	(20.000,00)	(80.000,00)	(80.000,00)	(80.000,00)
(+) Ingresso Extraorçamentário Antecipação do Financiamento	627.841,29	534.542,34	349.348,04	182.594,25	(344.332,47)	(258.179,09)
(-) Amortização Extraorçamentária Antecipação do Financiamento	(494.273,10)	(573.033,15)	(611.108,47)	(452.436,35)	(344.332,47)	(258.179,09)
(-) Créditos Trabalhistas						
(-) Créditos Garantia Real						
(-) Créditos Quasegratuitos Financeiros	(128.357,97)	(128.357,97)	(128.357,97)	(128.357,97)	(128.357,97)	(128.357,97)
(-) Créditos Quasegratuitos Operacionais	(323.879,62)					
(-) Créditos Quasegratuitos Operacionais Ativos 100%						
(-) Créditos ME/EPP						
(-) Créditos Não Saneados						
(-) Endividamento Externo						
Fluxo de Caixa de Financiamento	(26.790,31)	(167.986,79)	(503.318,45)	(377.979,05)	(472.690,45)	(366.508,01)
Fluxo de Caixa das Atividades	90.716,36	(2.353,55)	45.522,00	89.886,28	(20.019,17)	(4.743,55)
Saldo de Caixa	98.447,01	96.093,46	141.455,46	231.320,84	28.201,67	(3.498,14)

8.3 Balanço Patrimonial Projetado

	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6
ATIVO	3.774.590,97	3.961.031,12	4.134.165,12	4.759.025,09	5.039.101,34	5.360.781,53
Ativo Circulante						
Caixa e Equivalentes	105.873,44	8.769,61	2.845,45	36.806,48	29.447,85	7.740,65
Contas a Receber	1.999.524,83	2.148.086,92	2.417.272,67	2.571.305,40	2.741.751,10	2.933.652,27
Estoque	1.559.787,47	1.684.876,47	1.893.144,78	2.018.325,99	2.149.517,18	2.299.983,38
Dúvidas Antecip. Clientes	119.405	119.405	119.405	119.405	119.405	119.405
Ativo Não Circulante	860.343	880.343	900.343	939.543	940.343	960.343
Realizável a Longo Prazo	102.152	102.152	102.152	102.152	102.152	102.152
Investimentos						
Intangíveis	646.295,47	686.295,47	686.295,47	706.295,47	726.295,47	746.295,47
Intangível	111.896	111.896	111.896	111.896	111.896	111.896
TOTAL DO ATIVO	4.634.934,10	4.841.374,25	5.034.508,25	5.698.568,22	5.979.444,47	6.321.124,66
PASSIVO						
Passivo Circulante	159.162	210.653	894.391	1.511.975	1.619.858	1.830.553
Proveitos	159.161,39	240.652,92	383.454,55	511.879,08	548.346,22	586.730,45
Passivo Extraorçamentário Antecipação de Financiamento			419.936,35	797.095,06	1.071.511,71	1.263.822,49
Passivo Não Circulante	4.226.358	4.226.358	5.637.962	3.049.366	2.460.774	1.822.175
Endividamento Externo						
Créditos Trabalhistas						
Créditos Garantia Real						
Créditos Quasegratuitos Financeiros	2.367.159,48	2.567.159,48	2.510.415,33	2.053.727,58	1.797.011,64	1.540.295,69
Créditos Quasegratuitos Operacionais	1.639.398,08	1.639.398,08	1.827.518,46	995.638,95	663.739,23	334.879,62
Créditos Quasegratuitos Operacionais Ativos 100%						
Créditos ME/EPP						
Patrimônio Líquido Ajustado	219.218,55	374.165,76	802.155,37	1.308.025,05	1.808.815,68	2.598.396,71
Capital Social	60.000	60.000	60.000	60.000	60.000	60.000
Resultados Acumulados Ajustes	189.214,55	314.165,76	742.155,37	1.248.025,05	1.748.815,68	2.538.396,71
TOTAL DO PASSIVO	4.634.934,10	4.841.374,25	5.034.508,25	5.698.568,22	5.979.444,47	6.321.124,66



	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10	Ano 11	Ano 12
ATIVO						
Ativo Circulante	5.817.862,39	8.179.468,20	6.493.209,72	6.863.551,71	6.851.516,69	7.255.631,77
Caixa e Equivalentes	98.447,03	96.603,40	111.455,46	20.329,84	-	25.459,11
Contas a Receber	3.139.007,93	3.343.643,45	3.493.490,40	3.650.087,0	3.812.067,24	3.980.641,50
Estoques	2.440.982,22	2.420.946,36	2.758.888,74	2.862.158,63	2.990.934,86	3.129.526,93
Demais Ativos Circulantes	119.405	119.405	119.405	119.405	119.405	119.405
Ativo Não Circulante	980.343	1.000.343	1.020.343	1.100.343	1.180.343	1.260.343
Realizável a Longo Prazo	102.152	102.152	102.152	102.152	102.152	102.152
Investimentos Imobilizado	786.205,47	786.205,47	890.205,47	886.205,47	960.205,47	1.040.205,47
Imangovel	111.896	111.896	111.896	111.896	111.896	111.896
TOTAL DO ATIVO	6.798.185,52	7.179.811,53	7.513.552,89	7.963.893,44	8.135.853,82	8.515.973,92
PASSIVO						
Passivo Circulante	2.150.115	1.990.082	1.741.397	1.694.737	1.597.718	1.450.582
Divendos a Pagar	254.361,26	242.371,45	208.457,20	1.051.097,86	1.098.710,77	1.275.725,26
Passivo Estatutacional Antecipação de Pagamentos	1.397.359,67	1.157.321,67	892.602,13	642.330,46	299.036,99	148.856,93
Passivo Não Circulante	1.283.589	1.126.864	770.148	513.432	286.710	0
Emendas em Tributos	-	-	-	-	-	-
Créditos Trabalhistas	-	-	-	-	-	-
Créditos a Curator Real	-	-	-	-	-	-
Créditos Quotidianos Patronais	1.283.579,74	1.020.863,79	770.142,84	513.431,99	286.713,95	0,00
Créditos Quotidianos Operacionais	-	-	-	-	-	-
Créditos ME/ETEP	-	-	-	-	-	-
Patrimônio Líquido Ajustado	3.368.893,21	4.192.915,24	5.042.019,29	5.785.725,62	6.479.419,12	7.175.792,69
Capital Social	60.000	60.000	60.000	60.000	60.000	60.000
Reserva de Acumulação de Lucros	3.308.893,21	4.132.915,24	4.982.019,28	5.695.725,62	6.419.419,12	7.118.792,69
TOTAL DO PASSIVO	6.798.185,52	7.179.811,53	7.513.552,89	7.963.893,44	8.135.853,82	8.515.973,92



9. Teste de Razoabilidade do Plano

Os credores necessitam do maior número de informações possíveis para o processo de tomada de decisão quanto da aprovação ou rejeição do plano de recuperação judicial. Uma informação fundamental é o que aconteceria com seus direitos em caso de uma possível falência.

A seguir será apresentada uma simulação da realização dos ativos e satisfação dos credores conforme determinam os Artigos 83 e 84 da Lei 11.101/05.

Simulação Pagamentos Credores - Liquidação dos Ativos			
Contas	Passivo	Saldo do Ativo Estimado	Status
Anexo Atividade Descontinuada "Sem Operação"	-	646.295,47	-
Despesas Relacionadas a ADM Massa (ADM Judicial, Auxiliares, Custas)	134.699,63	511.595,84	Coberto
Rescisões Trabalhistas (Estimadas)	67.123,33	444.472,51	Coberto
Outros Credores Não Sujeitos	-	444.472,51	Coberto
Operacionais (Pós RJ)	53.786,00	390.686,51	Coberto
Trabalhista Sujeito a Recuperação	41.818,74	348.867,77	Coberto
Tributos decorrentes últimas operações	72.750,00	276.117,77	Coberto
Garantia Real	11.492,92	264.624,85	Coberto
Tributários	-	264.624,85	Coberto
ME/EPP	16.489,04	248.165,81	Coberto
Quirografários	4.226.557,56	(3.978.391,75)	Coberto Parcialmente

Observa-se claramente que a falência não é a melhor opção aos credores, visto que restaria uma vasta quantidade de credores que não seriam cobertos pela alienação de ativos, portanto indiscutivelmente a melhor alternativa aos credores é o recebimento de seus créditos com a empresa em marcha, ou seja, o recebimento de seus créditos através da geração de caixa proporcionada pela plena atividade operacional da empresa.

10. Da Viabilidade Econômica



Com base nas informações acima descritas e no Plano de Recuperação Judicial conclui-se que:

1. Ressalva-se que, não conduzimos verificação independente de quaisquer ativos ou passivos da empresa objeto deste laudo, consideramos como completas, exatas e verdadeiras as informações obtidas de sua administração;
2. As estimativas e projeções realizadas neste laudo envolvem elementos de julgamento e análises subjetivos, que podem ou não se concretizarem;
3. As premissas utilizadas para as projeções de resultados e fluxo de caixa, bem como as expectativas de amortização propostas são compatíveis com padrões adotados no mercado e apresentam razoabilidade;
4. A possibilidade de continuação das atividades operacionais da empresa proporcionará geração de recursos compatível com as previsões de amortizações propostas, possibilitando assim reestruturação do passivo da empresa, atendendo o dispositivo no art. 47 da Lei nº 11.101/2005, ou seja, viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira;
5. O índice oferecido para atualização monetária do endividamento sujeito à recuperação é compatível entre a manutenção dos valores dos créditos no tempo e a capacidade de pagamento das obrigações das sociedades perante a Recuperação Judicial;
6. Devido aos montantes de caixa líquido estimados podemos afirmar a real necessidade de reescalonamento do passivo como um todo.
7. Respeitados os limites de geração de caixa estimados, é perceptível a necessidade do período de carência para início das amortizações dos créditos propostos.



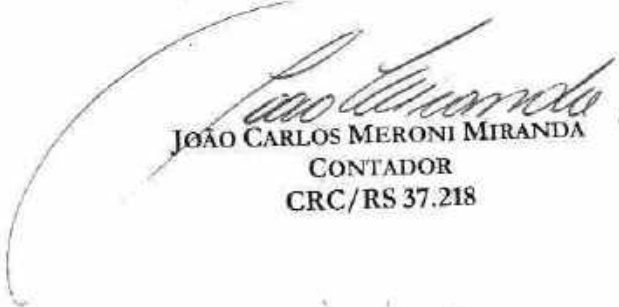
Este período servirá fundamentalmente para recomposição do capital de giro próprio e consequente redução do custo financeiro da operação.




“A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.”

Desta forma, após a tabulação e análise das informações para elaboração deste laudo, bem como dos meios de recuperação utilizados, e observando o atendimento de todas as expectativas estabelecidas, verifica-se ser viável o Plano de Recuperação Judicial apresentado.

PORTO ALEGRE/RS, 31 DE OUTUBRO DE 2016.


JOÃO CARLOS MERONI MIRANDA
CONTADOR
CRC/RS 37.218


DIEGO LEANDRO MALGARIZI
CONTADOR
CRC/RS 90.107


MARIANA DAHER MIRANDA
CONTADORA
CRC/RS 96.793



11. Referências Bibliográficas

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanço**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças corporativas e valor**. São Paulo, Atlas 2010.

BCB (Banco Central do Brasil) <http://www.bcb.gov.br>

BARRETO FILHO, Oscar. **Teoria do estabelecimento comercial**. 2 ed. São Paulo: Max Limonad, 1988

BRASIL, **Lei nº 11.101, de 9 de Fevereiro de 2005**. Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11101.htm.

BRIGHAM, Eugene F.; GAPENSKI, Louis C.; EHRHARDT, Michael C. **Administração Financeira: Teoria e Prática**. 1a Ed., São Paulo: Atlas, 2001.

CLARK, Robert. **Corporate law**. Boston: Little Brown and Company, 1986.

COPELAND, Tom, KOLLER, Tim, MURRIN, Jack. **Avaliação de Empresas - Valuation: Calculando e gerenciando o valor das empresas**. 3. ed. São Paulo: 2002.

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis <http://www.cpc.org.br/CPC>

DAMODARAN, Aswath. **Avaliação de investimentos. Ferramentas e Técnicas para a Determinação do Valor de Qualquer Ativo**. Tradução de Bazon Tecnologia e Linguística. S. Reimpressão. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora, 2003. 630p

ENDLER, Luciana. **Avaliação de empresas pelo método do fluxo de caixa descontado e os desvios causados pela utilização de taxas de desconto inadequadas**. Contexto; Porto Alegre, V.4 n6, p. 1-12, 1º semestre 2004. Disponíveis em: <<http://www.ufrgs/necon/5-06.pdf>>.

FINANCISTA, consulta no site <http://www.financista.com.br/noticias/morgan-stanley-melhora-projecao-de-pib-do-brasil-e-reduz-as-de-juros-e-inflacao?xcode=XFIPOS01>

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) < <http://www.ibge.gov.br> >



INFOMONEY, consulta no site <<HTTP://www.infomoney.com.br>>

LIMA, F. G.; SANTANA, L.; NOSSA, V. EBITDA: **Uma análise de correlação com os retornos totais aos acionistas no mercado de capitais brasileiro**. Curitiba – PR, 2004. CD-ROM.

MARTELANC, Roy; PASIN, Rodrigo; CAVALCANTE, Francisco. **Avaliação de empresas: um guia para fusões & aquisições e gestão de valor**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2005.

MARTINS, Eliseu. **Avaliação de empresas: da mensuração contábil à economia**. São Paulo: Atlas, 2001.

MARTINS, E. EBITDA: o que é isso? **IOB**. Temática Contábil. n. 6, São Paulo, 1998.

MOTTA, Regis da Rocha; CALOBA, Guilherme Marques. **Análise de investimentos. Tomada de decisão em projetos industriais**. São Paulo: Atlas, 2002.

PADOVEZE, Clovis Luís **Contabilidade Gerencial, um enfoque em sistema de informação contábil**. São Paulo: Atlas 2004.

PADOVEZE, Clovis Luís **Contabilidade Gerencial**. São Paulo: Atlas 2007.

PADOVEZE, Clovis Luís. **Curso Básico Gerencial de Custos**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

PÓVOA, Alexandre. **Valuation: Como Precificar Ações**. 2a Ed., São Paulo: Globo, 2007.

Site da Web: **Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)**, Disponível em - <http://www.portaldecontabilidade.com.br/guia/demonstracaodoresultado.htm>

Site da Web: **DRE – Demonstrativo de Resultados do Exercício**, Disponível em - <https://www.treasy.com.br/blog/dre-demonstrativo-de-resultados-do-exercicio>



SLATER, Stuart; LOVETT, David. **Como Recuperar uma Empresa: A Gestão da Recuperação do Valor e da Performance**. São Paulo: Atlas, 2009.



STARK, José Antônio. **Contabilidade de Custos**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.



ANEXO II
LAUDO ECONÔMICO-FINANCEIRO E DE
AVALIAÇÃO DOS BENS E ATIVOS DO DEVEDOR
(ART. 53 – ITEM III, LEI 11.101/05)





TEER IMÓVEIS

www.teerimoveis.com.br



Porto Alegre, 01 de novembro de 2016.

A

Brondani Auto Peças Ltda

ASSUNTO: AVALIAÇÃO DE IMÓVEL

De acordo com a solicitação de V.S^ª, apresentamos por fim a avaliação de seu imóvel, quanto ao valor de comercialização, situado à Av. Cel. José Rodrigues Sobral, número 279 apartamento nº 403, Edifício Alice, conforme descrição abaixo:

Trata-se de um APARTAMENTO localizado no 3º andar ou 4º pavimento, com área privativa de 33,71m², área real de 42,75m², área condominial de 9,04m², e fração ideal de 0,047234 do condomínio e do terreno. O terreno sobre o qual está construído o edifício está situado no bairro Coronel Aparício Borges, no quarteirão formado pelas Avenidas Coronel José Rodrigues Sobral, Vieira e pelas Ruas Guedes da Luz e Silvado, a saber: um TERRENO medindo 7,13m de frente à Avenida Coronel José Rodrigues Sobral por 60,00 de frente a fundos por ambos os lados, nos fundos a mesma medida da frente, entestando com propriedade de Arnaldo Zirbes, dividindo-se por um lado com o proprietário de Guilherme Ariardi e pelo outro lado com propriedade de Nilo Silveira Neto. OBS. Apartamento de centro, o terceiro a contar de frente.

Tomando-se por alicerce a exposição acima, e tendo em vista, características da zona, padrão do logradouro, situação e serviços públicos, seu tipo, ano de construção, distribuição das peças e fins de utilização, avaliamos o imóvel quanto ao valor de comercialização em:

R\$125.000,00 (Cento e vinte cinco mil reais) para pagamento à vista ou financiado pelos Órgãos de financiamento disponíveis

**Tabela de honorários de corretagem prevê 0,6% (seis por cento) sob o valor avaliado a título de remuneração, sendo então o valor total de venda: R\$ 117.500,00 (Cento e dezessete mil e quinhentos reais).*

Para as conclusões do presente parecer, foram usados cálculos comparativos em função da área em relação ao mercado imobiliário, pesquisa local das alienações mais recentes. Vale ressaltar ainda que, ao lado do referido imóvel esta sendo construído um edifício que bloqueou totalmente a entrada do sol, tornando assim o imóvel úmido e com rara ventilação.

Atenciosamente,

Jane Hansen
CRECI 49.980
(51) 8123-1936

Jane Hansen

Avaliadora Perita - Corretora Licenciada - CRECI: 49.980

TEER Imóveis Ltda.

Av. Benjamin Constant, 423 loja Bairro: São João

Fone: (51) 3392.9909 cel: (51) 8123.1936

www.teerimoveis.com.br



Relação Imobilizado



Competência:		09/2016			
Código	Conta patrimonial	Valor Aquisição	Valor Baixa	Valor Depreciado	Valor Atual
	BENFEITÓRIAS	315.496,73	0,00	73.003,14	242.493,59
1	Área construída de 400 m2 com estrutura metálica e mezanino, instalações, divisórias, exaustores				
	APARELHOS	15.411,72	8.157,82	706,56	6.547,34
2	Compressor 20/200 motor trifásico Central Eletrônica Eprontel Scanner Alfatest				
3	COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	76.258,92	0,00	57.096,84	19.162,08
	Computadores e equipamentos de informática				
4	ELEVADORES	88.000,00	0,00	68.485,25	19.514,75
	1 - Elevador com rampa para Geometria				
	1 - Elevador Plataforma para 10 toneladas				
	4 - Elevador capacidade 6 toneladas				
	3 - Elevador capacidade 3 toneladas				
5	FERRAMENTAS	32.745,94		30.889,49	1.856,45
	Conjunto de ferramentas especiais para manutenção veículos, carrinhos completos com ferramental				
6	INSTALAÇÕES	170.243,93	0,00	48.698,52	121.545,41
	Conjuntos de prateleira em aço, ferro e madeira para estoque Matriz e filial				
7	MÁQUINAS-APARELHOS-EQUIPAMENTOS	141.795,90	0,00	60.441,94	81.353,96
	Alinhador Geometria Sun 4 cabeça				
	Alinhador Geometria FWA 4510 completo - Geometria 3D, marca Bosch				
	4 conjuntos de No-break 2400 Ceccarelli				
	Aparelho Diagnóstico Injeção Eletrônica Bosch				
	Ar Condicionados Modelo Split diversos				
8	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	23.898,84	0,00	12.363,72	11.535,12
	Mobiliários diversos				
9	SOFTWARE	133.039,09	0,00	21.143,33	111.895,76
	Software Alfatest Diagnóstico Injeção Eletrônica				
	Software ERP SS-Plus				
	Banco dados com cadastro fiscal, aplicação, nomenclatura, fotos, unidades medida, endereçamento eletrônico				
	Software E-commerce com integração ERP				
10	VEÍCULOS	197.918,00	67.665,00	106.082,36	24.170,64
	PLACA	RENAVAM	TIPO	MARCA	ANO
	ITG0778	473217457	Motocicleta	HONDA/CG 125 FAN KS	2012/2012
	ITL1456	482088176	Motocicleta	HONDA/CG 125 FAN KS	2012/2012
	IST8050	450895475	Motocicleta	HONDA/CG 125 FAN KS	2012/2012
	IRI4170	258965320	Motocicleta	HONDA/CG 125 FAN KS	2010/2011
	ITG0762	473215870	Motocicleta	HONDA/CG 125 FAN KS	2012/2012
	ITL3001	482313102	Motocicleta	HONDA/CG 125 FAN KS	2012/2012
	IXA5675	1074864724	Motocicleta	HONDA/CG 125 CARGO KS	2014/2014
	IXA5670	1074863752	Motocicleta	HONDA/CG 125 CARGO KS	2014/2014
	IXA5674	1074865623	Motocicleta	HONDA/CG 125 CARGO KS	2014/2014
	MYK6519	788391666	Automóvel	M.BENZ/A 160	2002/2003
11	IMOVEIS	120.000,00	0,00	1.883,87	118.116,13
	Apartamento Rua Cel Jose Rodrigues Sobral 279 / 403				
TOTAL		1.314.809,07	75.822,82	480.795,02	758.191,23



BORGHINI - AUTO PECAS LTDA - EPP
 CNPJ: 06.649.420/00174
 Competência: 09/2016 a 09/2016



RESUMO DA DEPRECIAÇÃO FISCAL POR CONTA PATRIMONIAL

Competência:	09/2016	Valor	Valor	Depreciação	Baixa	Baixa	Valor já	Saldo a
		adquisição	original	do mês	original	depreciação	depreciado	depreciar
1	BENEFÍCIOS	315.496,73	315.496,73	1.051,65	0,00	0,00	73.003,14	242.493,59
2	APARELHOS	15.411,72	15.411,72	60,45	8.157,82	2.297,14	706,56	6.547,34
3	COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	76.258,92	76.258,92	280,54	0,00	0,00	57.096,84	19.162,08
4	ELEVADORES	88.000,00	88.000,00	733,13	0,00	0,00	68.485,25	19.514,75
5	FERRAMENTAS	32.745,94	32.745,94	16,57	0,00	0,00	30.889,49	1.856,45
6	INSTALAÇÕES	170.243,93	170.243,93	1.418,69	0,00	0,00	48.698,52	121.545,41
7	MÁQUINAS-APARELHOS-EQUIPAMENTOS	141.795,90	141.795,90	1.181,63	0,00	0,00	60.441,94	81.353,96
8	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	23.698,84	23.898,84	159,18	0,00	0,00	12.363,72	11.535,12
9	SOFTWARE	133.039,09	133.039,09	2.212,18	0,00	0,00	21.143,33	111.895,76
10	VEÍCULOS	197.918,00	197.918,00	1.056,97	67.665,00	61.823,35	106.082,36	24.170,64
11	IMÓVEIS	120.000,00	120.000,00	400,00	0,00	0,00	1.883,87	118.116,13
Total:		1.314.809,07	1.314.809,07	9.111,29	75.822,82	64.120,69	480.795,02	758.191,23